

INDÍGENAS E PORTUGUESES NO BRASIL

Conquistadores e conquistados

OS PRIMEIROS CONTATOS. O contato dos primeiros povoadores portugueses com os indígenas parece ter sido pacífico. Pero Lopes, irmão de Martim Afonso, relatou que os índios mostravam-se amistosos e se sentiam muito atraídos pelos objetos oferecidos pelos portugueses. Nas trocas de presentes, manifestavam a sua ruidosa ale-

gria com abraços e sorrisos, que os portugueses, de sua parte, recebiam com muita reserva. Mesmo quando os primeiros povoadores começaram a se fixar na terra, ainda houve um certo entendimento.

As hostilidades, porém, não demoraram a aparecer. Os Potiguara, aliados dos franceses, atacaram Itamaracá e Pernambuco. Os Aimoré castigaram duramente os estabelecimentos portugueses em Ilhéus e Bahia. No Espírito Santo, os povoadores sofreram ataques dos Goitacá.



Cena de escambo na costa do Brasil, extraída do livro Deele navigation et viaggi, de Giovan B. Ramusio (século XVI). Como sugere a imagem, os primeiros contatos entre portugueses e indígenas teriam sido, ao menos no início, amistosos.

Os povos indígenas no Brasil

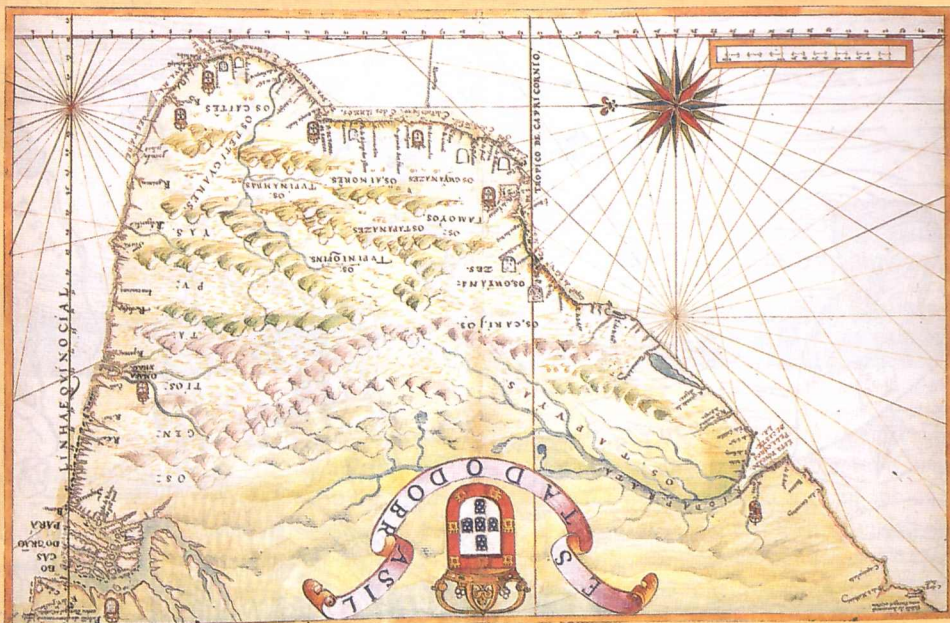
O litoral, de norte a sul, era ocupado pelos Tupi-Guarani, divididos em vários subgrupos. Do Ceará até a foz do rio São Francisco, dominavam os Carijó. O sertão do São Francisco era habitado pelos Tupinaé. Da foz do São Francisco até a Bahia, habitavam os Tupinambá. Entre a Bahia e o Espírito Santo, viviam os Tupiniquim, e na baía da Guanabara, os Temiminó. De Cabo Frio ao norte de São Paulo, incluindo o vale do Paraíba, dominavam os Tupinambá, conhecidos também como Tamoió. De Bertoga a Cananéia, em São Paulo, incluindo o planalto paulista, viviam os Tupiniquim. De Cananéia até o litoral da lagoa dos Patos, estendendo-se para a baía dos rios Paranaíba e o território era dos Carijó (Guarani).

Essa faixa contínua era interrompida em alguns pontos pela presença de Macró-Jê, Karib e Arwak.

Índios de origem não Tupi. O estuário do rio da Prata era ocupado pelos Charua. A foz do rio Paraíba, pelos Goitaca. No sul da Bahia e norte do Espírito Santo viviam os Aimoré; entre o Ceará e o Maranhão, os Tremembé.

Pela disposição geográfica dos grupos indígenas, era natural que os portugueses mantivessem contatos mais estreitos com os Tupi que habitavam o litoral. Os grupos indígenas que não pertenciam a essa categoria eram incluídos pelos portugueses, indistintamente, no conjunto denominado *Tapuia*. Sabemos hoje, no entanto, que existia uma diversidade extraordinária de grupos indígenas, divididos em dezenas de famílias linguísticas. De acordo com os especialistas, essas dezenas de famílias podem ser agrupadas, em sua maioria, em quatro grandes troncos linguísticos: Tupi,

Reprodução



Mapa de 1631, de autoria de João Teixeira Albernaz, situando as principais nações indígenas conhecidas na época e mostrando as capitânicas, cada qual com o escudo de seu donatário.

UMA SOCIEDADE SEM CLASSES. Tecnicamente, os Tupi, primeiros povos indígenas com quem os portugueses mantiveram contato, encontravam-se na Idade da Pedra. De acordo com uma carta atribuída a Américo Vespúcio, os Tupi não possuíam uma organização econômica porque “não têm bens de propriedade; porém tudo lhes é comum” e “não há entre eles comerciantes nem comércio”. Desconheciam a autoridade política porque “viviam juntos sem rei nem Império, e cada qual é senhor de si”; não tinham generais porque “guerreiam-se entre si sem arte nem ordem”. Em resumo: não havia propriedade privada, nem reis, senhores ou generais; os Tupi viviam numa sociedade *sem* classes.

No entanto, existiam chefes nas aldeias Tupi. Estes eram escolhidos entre os mais valentes para liderá-los na guerra. Deles, exigia-se ainda uma outra qualidade: saber falar bem, para resolver conflitos entre os membros. Cumprindo bem esses papéis, os chefes ganhavam prestígio, mas permaneciam sem poder: por exemplo, por mais prestígio que tivessem, não tinham poderes para iniciar uma guerra indesejada pela aldeia. O seu poder sobre o grupo era, portanto, nulo.

A GUERRA, UM ENIGMA DAS SOCIEDADES TUPI. Embora desconhecessem a propriedade privada, a divisão em classes e a dominação política (poder), os Tupiniquim e os Tupinambá viviam em permanente guerra entre si.

Para os europeus, isso era incompreensível. Américo Vespúcio disse não ter conseguido descobrir “por que fazem guerra um ao outro”, pois “não têm bens próprios, nem Senhorios de Impérios ou Reinos, e não sabem que coisa seja cobiça, isto é, propriedades, ou avidez de rei-

nar, o que parece a causa das guerras e de cada desordenado ato”. De acordo com Vespúcio, os Tupi diziam guerrear para “vingar a morte dos pais antepassados”.

Os europeus compreendiam perfeitamente as guerras motivadas pela ambição de riqueza (“cobiça de propriedades”) ou pelo poder (“avidez de reinar”). Como os Tupi não guerreavam por nenhum desses motivos, a razão pela qual se matavam em guerras intermináveis permaneceu uma incógnita para os portugueses.

SOCIEDADE DE GUERREIROS. Estamos habituados a pensar que a guerra só ocorre quando fracassa a tentativa de resolver conflitos pacificamente. Para nós, a paz é a regra e a guerra, a exceção. Portanto, a guerra para nós é sempre evitável.

O que esquecemos com frequência é que as sociedades ditas primitivas, entre as quais podemos incluir a dos Tupi, eram sociedades de *guerreiros*. Estes existem na medida em que fazem a guerra. Num certo sentido, a guerra era um fim em si mesmo. Por serem guerreiros os Tupi tinham inimigos, e não o inverso.

OS VALORES GUERREIROS. Para os Tupi, coragem e bravura eram as qualidades de um bom guerreiro. Ser corajoso significava não temer a morte. Sendo a coragem e a valentia os valores mais elevados, a submissão era incompatível com a imagem do guerreiro. Era preciso que sempre houvesse combates, a fim de que os guerreiros fossem enaltecidos pela bravura e glorificados por seus feitos. O que se almejava, portanto, era a glória e a honra heróica.

AS REGRAS DA GUERRA. Para que a guerra pudesse cumprir essa função, era necessário que fosse praticada segundo determinadas regras. Por exemplo, nenhuma

guerra poderia ter como objetivo conquistar, dominar ou aniquilar os inimigos, pois guerreiros sem inimigos deixariam de ser guerreiros. Por isso, os conflitos eram, em geral, pouco mortíferos em comparação ao que veio a ocorrer com a chegada dos europeus.

Entre os Tupi, havia também regras para o tratamento dos prisioneiros de guerra. Estes não eram, de modo algum, torturados, maltratados, humilhados ou encarcerados. Um inimigo aprisionado e trazido à aldeia vivia como qualquer outro membro, livremente. Apesar disso, não fugia. A tribo, por sua vez, tinha em relação ao prisioneiro uma série de obrigações: dar-lhe uma esposa, que o acompanhava por toda a parte, alimentá-lo e tratá-lo como igual.

A ANTROPOFAGIA. Depois de algum tempo, sem data fixa, executava-se o prisioneiro. A execução era precedida por uma grande festa, para a qual a aldeia convidava os vizinhos aliados. Mesmo sabendo que seria sacrificado, o prisioneiro participava da festa, com a mesma alegria dos convidados. Chegada a hora, era amarrado pela

cintura com uma corda especial chamada “muçarana”, cujas pontas eram seguradas por dois ou três guerreiros. Porém, antes de receber o golpe mortal na cabeça, o executor exortava-o a demonstrar sua valentia, a fim de que, no futuro, ninguém dissesse que matara um covarde. Incentivava o prisioneiro dizendo que era próprio do guerreiro morrer dessa maneira e não como mulheres, nas redes. O prisioneiro dizia que não temia a morte, porque ele próprio matara muitos guerreiros daquela aldeia e dizia que seria vingado pelos seus. Depois dessa demonstração de coragem, era morto. O seu corpo era retalhado e preparado para ser consumido por todos os presentes.

Nesse ritual antropofágico que horrorizou os portugueses, o que importava era a demonstração de coragem do guerreiro a ser sacrificado; este não se intimidava, nem se deixava acovardar diante da morte iminente. E, de fato, era isso que todos esperavam. Ficava claro que o guerreiro era morto não por ser prisioneiro, mas por ser guerreiro. A execução servia para demonstrar que o bravo não



Reprodução

Preparação de um ritual antropofágico, em gravura de Theodore de Bry (século XVI), que se baseou em relatos do alemão Hans Staden sobre sua viagem ao Brasil. Aprisionado pelos Tupinambá em 1554, Hans Staden viveu oito meses entre os indígenas, conhecendo de perto seus hábitos e costumes. O livro que publicou em 1557, narrando suas aventuras, fez grande sucesso na Europa.

teme a morte, que seu corpo é perecível, mas não sua coragem.

Com a chegada dos portugueses, a tradição e os costumes indígenas foram sistematicamente destruídos.

OS TRÊS MODELOS DE RELAÇÃO COM OS ÍNDIOS. Do ponto de vista da relação entre índios e portugueses, São Vicente, Bahia e Pernambuco fornecem-nos três modelos distintos.

1^a) [Em São Vicente, conforme diz o padre Anchieta, “nunca nela houve guerra com os índios”, a não ser no ano de 1562. Outro testemunho da época, Pero de Magalhães Gandavo, chamou a atenção sobre a generalizada “união das raças”. Os portugueses incorporaram boa parte da cultura material indígena e chegaram a adotar sua língua, praticamente o único meio de comunicação entre eles até o século XVIII. Os jesuítas, por exemplo, se dedicariam a formular uma gramática do tupi. A fusão entre portugueses e nativos na região deu origem a uma população formada predominantemente por indígenas e mamelucos.

2^a) [Na Bahia, com a instalação do governo-geral, foi implantada uma política que consistiu na guerra declarada contra os Tupinambá e, ao mesmo tempo, numa sólida aliança com os Tupiniquim. Com essa política que diferenciava indígenas aliados e indígenas inimigos, a Bahia beneficiou-se da criação de um verdadeiro cinturão de proteção representado pelos grupos aliados.

3^a) [Em Pernambuco, os indígenas foram militarmente derrotados pelos portugueses. Ao contrário do que ocorreu na Bahia, os povoadores não fizeram alianças e, assim, ficaram mais vulneráveis aos ataques indígenas e com maior dificuldade para repeli-los.

A CONQUISTA PORTUGUESA DO LITORAL. O controle da Bahia pelos portugueses teve um papel estratégico na luta contra os indígenas. Quando Tomé de Sousa ali se instalou, em 1549, os Tupinambá já eram inimigos declarados dos portugueses. Porém, ao mesmo tempo, os Tupiniquim permaneciam em paz com os moradores.

A estratégia de Tomé de Sousa foi submeter os indígenas amigos à sua autoridade e aniquilar os inimigos. Mas submeter os indígenas amigos e obrigá-los a trabalhar para os povoadores era um problema. Os portugueses precisavam dos indígenas para duas funções: como mão-de-obra na produção de alimentos e como soldados na luta contra grupos inimigos.

Na tentativa de resolver esse problema, o Estado português determinou que as ações violentas fossem rigorosamente limitadas aos indígenas inimigos, os únicos que podiam ser escravizados. Isso atendia às reclamações dos moradores, pois assegurava o abastecimento de mão-de-obra. Ao mesmo tempo, preservando a aliança com os povos amigos, garantia-se a defesa da terra e também a futura expansão do povoamento.

Essa política rompeu-se na época do segundo governador-geral, Duarte da Costa, quando cinquenta indígenas de uma aldeia revoltaram-se atacando os engenhos, numa reação contra os moradores que pretendiam tomar suas terras.

Comandada pelo filho do governador, Álvaro da Costa, uma tropa de setenta homens encarregou-se da repressão. A rebelião foi sufocada. Essa vitória espalhou o medo entre as outras tribos e assegurou aos portugueses maior controle sobre a Bahia, mas não significou que o perigo estava totalmente afastado.



Assalto dos Tupinambá aos Tupiniquim e portugueses, gravura de Theodore de Bry. Aliando-se a um grupo indígena e declarando guerra a outro, os portugueses obtinham proteção para suas terras e escravos para o seu serviço.

A vitória decisiva na luta contra os indígenas da Bahia ocorreu com Mem de Sá, que derrotou os temíveis Tapuia de Paraguaçu. Esse fato teve um importante impacto psicológico, pois até então acreditava-se ser impossível derrotar os povos guerreiros do sertão.

Assim, com Mem de Sá, a Bahia tornou-se efetivamente o pólo central do poder, ajudando a consolidar o domínio de todo o litoral. O primeiro passo nesse sentido foi o auxílio enviado ao Espírito Santo na luta contra os Aimoré.

Em 1560, no Rio de Janeiro, Mem de Sá enfrentou com sucesso 120 franceses e cerca de mil índios Tamoio durante três dias, afastando as ameaças que pesavam sobre São Vicente. Ordenado por Mem de Sá, seu sobrinho Estácio de Sá iniciou o povoamento do Rio de Janeiro, consolidando o controle territorial em linha contínua, de São Vicente a Pernambuco.

No governo de Luís de Brito de Almeida (1573-1578), a atenção dos portugueses voltou-se para os Potiguara do

rio Paraíba. Contudo as ofensivas na Paraíba só tiveram início no governo de Manuel Teles Barreto (1583-1587). Aproveitando-se da inimizade entre os Tabajara e os Potiguara, os portugueses conseguiram instalar seu domínio em 1586.

Já nesse período, as autoridades coloniais haviam concluído que era necessário ampliar a conquista até o Rio Grande do Norte, a fim de consolidar o domínio na região. Depois de muitos enfrentamentos com os indígenas ao longo dos anos seguintes, foi construído, em 1598, o forte dos Reis Magos, núcleo da futura cidade de Natal. O comando desse forte foi entregue a Jerônimo de Albuquerque, que era descendente de Tabajara pelo lado materno. A ele se deveu o estabelecimento da paz definitiva com os Potiguara em 1599.

Nessa data, os portugueses controlavam uma faixa litorânea compacta, que ia de São Vicente, no sul, até o Rio Grande do Norte, com os indígenas postos totalmente na defensiva.

RETENÇÕES

Conquistadores e conquistados

- ◆ Inicialmente pacífica, a relação entre indígenas e portugueses tornou-se, com o tempo, mutuamente hostil.
- ◆ As sociedades indígenas caracterizavam-se pelo igualitarismo.
- ◆ Como sociedades de guerreiros, seus valores mais altos eram coragem e bravura, e não a habilidade para obter lucro.
- ◆ O ritual antropofágico exaltava a figura do guerreiro.
- ◆ A aniquilação de indígenas, a aliança e a “união das raças” foram os três modelos de relação que os portugueses aqui estabeleceram.
- ◆ Com base na aliança com os índios amigos e guerra contra os hostis, o governo-geral conquistou e consolidou o domínio português em todo o litoral.

PARA EXPLORAR O TEXTO

1. Por que os indígenas guerreavam se viviam em sociedades igualitárias?
2. Qual o sentido da antropofagia para as sociedades indígenas?
3. Qual a atitude de Tomé de Sousa para tentar conciliar os interesses dos colonos e a necessidade de contar com a proteção dos indígenas?
4. Como se deu o processo de conquista de toda a faixa litorânea do Brasil?
5. Em nome da civilização e da religião, os europeus obrigaram as sociedades indígenas a mudar seus costumes e romper com suas tradições. Mas civilização e religião não impediram a escravidão. Como explicar essa contradição?
6. Os indígenas, quando guerreavam, seguiam regras. Os portugueses também possuíam regras quando guerreavam?
7. Como é a relação da nossa sociedade com os povos indígenas?

PARA IR ALÉM DO TEXTO

Leia o texto e responda às questões.

As sociedades primitivas são sociedades sem Estado: esse julgamento, de fato, em si mesmo correto, na verdade dissimula uma opinião, um juízo de valor, que prejudica imediatamente a possibilidade de constituir uma Antropologia política como ciência rigorosa. O que de fato se enuncia é que as sociedades primitivas estão *privadas* de alguma coisa – o Estado – que lhes é, tal como a qualquer outra sociedade – a nossa, por exemplo – necessária. Essas sociedades são, portanto, *incompletas*. Não são exatamente verdadeiras sociedades – não são *policiadas* –, e subsistem na experiência talvez dolorosa de uma *falta* – falta do Estado – que elas tentariam, sempre em vão, suprir. De um modo mais ou menos confuso, é realmente o que dizem as crônicas dos viajantes ou os trabalhos dos pesquisadores: não se pode imaginar a sociedade sem o Esta-

do, o Estado é o destino de toda sociedade. Descubra-se nessa abordagem uma fixação etnocentrista tanto mais sólida quanto é ela, o mais das vezes, inconsciente. A referência imediata, espontânea, é, se não aquilo que melhor se conhece, pelo menos o mais familiar. Cada um de nós traz efetivamente em si, interiorizada como a fé do crente, essa certeza de que a sociedade existe para o Estado.

Mostra-se como sendo da mesma ordem a determinação dessas sociedades no plano econômico: sociedades de economia de subsistência. Se, com isso, quisermos significar que as sociedades primitivas desconhecem a economia de mercado onde são escoados os excedentes da produção, nada afirmamos de modo estrito, e contentamo-nos em destacar mais uma falta, sempre com referência ao nosso próprio mundo: essas sociedades que não possuem Estado, escrita, história, também não dispõem de mercado. Todavia, pode objetar o bom senso, ►

para que serve um mercado, se não possui excedentes? Ora, a idéia de economia de subsistência contém em si mesma a afirmação implícita de que, se as sociedades primitivas não produzem excedentes, é porque são incapazes de fazê-lo, inteiramente ocupadas que estariam em produzir o mínimo necessário à sobrevivência, à subsistência. Imagem antiga, sempre eficaz, da miséria dos selvagens. [...]

A verdadeira pergunta que se deve formular é a seguinte: a economia dessas sociedades é realmente uma economia de subsistência? Precisando o sentido das expressões: se por economia de subsistência não nos contentamos em entender economia sem mercado e sem excedentes – o que seria um simples truísmo, o puro registro da diferença –, então com efeito se afirma que esse tipo de economia permite à sociedade que ele funda tão-somente subsistir, afirma-se que essa sociedade mobiliza permanentemente a totalidade de suas forças primitivas para fornecer a seus membros o mínimo necessário à subsistência.

Existe aí um preconceito tenaz, curiosamente co-extensivo à idéia contraditória e não menos corrente de que o selvagem é preguiçoso. Se em nossa linguagem popular diz-se “trabalhar como um negro”, na América do Sul, por outro lado, diz-se “vagabundo como um índio”. Então, das duas uma: ou o homem das sociedades primitivas, americanas e outras, vive em economia de subsistência e passa quase todo o tempo à procura de alimento, ou não vive em economia de subsistência e pode portanto se proporcionar lazeres prolongados fumando em sua rede. Isso chocou claramente os primeiros observadores europeus dos índios do Brasil. Grande era a sua reprovação ao constatarem que latagões cheios de saúde preferiam se empetecar, como mulheres, de pinturas e plumas em vez de regarem com suor as suas áreas cultivadas. Tratava-se portanto

de povos que ignoravam deliberadamente que é preciso ganhar o pão com o suor do próprio rosto. Isso era demais, e não durou muito: rapidamente se puseram os índios para trabalhar, e eles começaram a morrer. Dois axiomas, com efeito, parecem guiar a marcha da civilização ocidental, desde a sua aurora: o primeiro estabelece que a verdadeira sociedade se desenvolve sob a sombra protetora do Estado; o segundo enuncia um imperativo categórico: é necessário trabalhar. [...]

O bom senso questiona: por que razão os homens dessas sociedades quereriam trabalhar e produzir mais, quando três ou quatro horas diárias de atividade são suficientes para garantir as necessidades do grupo? De que lhes serviria isso? Qual seria a utilidade dos excedentes assim acumulados? Qual seria o destino desses excedentes? É sempre pela força que os homens trabalham além das suas necessidades. E exatamente essa força está ausente do mundo primitivo: a ausência dessa força externa define inclusive a natureza das sociedades primitivas.

Pierre Clastres. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. p. 132-7.

1. O que é visão etnocêntrica?
2. Em seu texto, o antropólogo Pierre Clastres afirma que são frutos do etnocentrismo europeu:
 - a) a concepção da sociedade primitiva como uma “sociedade incompleta”;
 - b) a classificação da sociedade indígena como uma “sociedade de economia de subsistência”.

Como o autor justifica essas afirmações?

3. Que argumentos o autor utiliza para refutar a idéia do selvagem “preguiçoso”?

SUGESTÃO

Assista ao filme *Hans Staden* (Brasil/Portugal, 1999. Direção: Luiz Alberto Pereira. Duração: 92 min.), prestando atenção nos seguintes aspectos: caracterização das relações, entre indígenas, entre indígenas e portugueses,

entre indígenas e franceses; representação da prática da antropofagia; reconstituição da época; resolução do problema da linguagem; tratamento fotográfico do filme.

TEMAS PARA

REDAÇÃO

1. Os indígenas e a guerra.
2. A estratégia portuguesa para a dominação dos indígenas.